

COMISSÃO LOCAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO NA ALFÂNDEGA DE VIRACOPOS – COLFAC.

5ª REUNIÃO DA COLFAC .

ATA

02/04/2019, terça-feira, 10h

Auditório, 1º andar

Participantes:

Antonio Andrade Leal	RFB - COORDENADOR
Camilo Pinheiro Cremonez	RFB - COORDENADOR SUPLENTE
Cristina Quemelo Adami Fais	ANVISA – MEMBRO TITULAR
Adriano Perreli Pestana de Castro	VIGIAGRO – MEMBRO TITULAR
Elson F. Isayama	IMP. E EXP. – MEMBRO TITULAR
Pedro V. Parigot de Souza Filho	RECINTOS – MEMBRO TITULAR

- Demais participantes em lista anexa.

DESENVOLVIMENTO

- Aprovada Ata da 4ª reunião da COLFAC.

1 – Proposta de Alteração da Instrução Normativa nº 32/2015 do MAPA

- O representante da Vigiagro apresentou proposta de alteração da legislação elaborada pelo representante dos importadores e exportadores, Sr. Elson, e previamente discutida entre eles. Segue a proposta nos encaminhamentos.
- Foram apresentados rapidamente os processos de trabalho em relação à madeira nos aeroportos do Galeão e de Guarulhos, mas concluiu-se que os dois possuem situação diferente da existente em Viracopos.
- Foi sugerido que quando houvesse a solicitação de Notificação Fiscal Agropecuária (NFA), fosse dado um termo de responsabilidade para o importador assinar, no qual ele assumisse o compromisso de reexportação da carga. Incluiu-se a tal proposta a sugestão de que tal documento contivesse ainda a data da separação da carga, a data de embarque e vôo.

Encaminhamentos:

1) Proposta de Alteração da IN nº 32/2015 do MAPA:

Redação Atual

Art. 32. Não será autorizada a importação de mercadoria contendo embalagens ou suportes de madeira se constatada a presença de praga quarentenária viva ou de sinais de infestação ativa de praga, conforme incisos I e II do art. 31 desta Instrução Normativa.

§ 1º O importador ou responsável pela mercadoria submeter-se-á às medidas estabelecidas pelo MAPA, com vistas ao isolamento da mercadoria e de suas respectivas embalagens e suportes de madeira, até sua devolução ao exterior.

§ 2º Sem prejuízo do previsto no caput deste artigo, as embalagens e suportes de madeira devem ser submetidos a tratamento fitossanitário com fins quarentenários, como medida fitossanitária emergencial, visando minimizar o risco de disseminação da praga.

§ 3º É responsabilidade do importador ou do responsável pela mercadoria a comunicação formal ao MAPA da incompatibilidade, tecnicamente fundamentada, entre o tratamento fitossanitário com fins quarentenários prescrito às embalagens e suportes de madeira e a mercadoria por eles acondicionada.

Art. 33. A mercadoria acondicionada em embalagens e suportes de madeira que apresentam não-conformidade disposta nos incisos III, IV ou V, do art. 31, desde que não associadas à presença de praga quarentenária viva ou sinais de infestação ativa de pragas, pode ter sua importação autorizada se a embalagem ou suporte de madeira puderem ser dissociados da mercadoria e devolvidos ao exterior.

Art. 34. O importador fica obrigado, imediatamente após a ciência de que não será autorizada a importação, a:

I - devolver ao exterior a mercadoria e suas respectivas embalagens e suportes de madeira, conforme o art. 32 desta Instrução Normativa; e

II - devolver ao exterior as embalagens e suportes de madeira, conforme o art. 33 desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A autorização de importação de mercadoria, com fundamento na legislação vigente e em atendimento a controle fitossanitário, conforme o inciso II deste artigo, está condicionada à comprovação, pelo importador ou pelo responsável pela mercadoria, do cumprimento da medida fitossanitária relativa à embalagem ou suporte de madeira que a acondiciona.

Redação proposta

Art. 33. A mercadoria acondicionada em embalagens e suportes de madeira que apresentam não-conformidade disposta nos incisos III, IV ou V, do art. 31, desde que não associadas à presença de praga quarentenária viva ou sinais de infestação ativa de pragas, pode ter sua importação autorizada se a embalagem ou suporte de madeira puderem ser dissociados da mercadoria e tratadas conforme definido no art. 6, **sem que haja devolução ao exterior.**

Art. 34. O importador fica obrigado, imediatamente após a ciência de que não será autorizada a importação, a:

I - devolver ao exterior a mercadoria e suas respectivas embalagens e suportes de madeira, conforme o art. 32 desta Instrução Normativa; e

II – Promover o tratamento das embalagens e suportes de madeira, conforme o art. 33 desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A autorização de importação de mercadoria, com fundamento na legislação vigente e em atendimento a controle fitossanitário, conforme o inciso II deste artigo, está condicionada à comprovação, pelo importador ou pelo responsável pela mercadoria, do cumprimento da medida fitossanitária relativa à embalagem ou suporte de madeira que a acondiciona.

2) Proposta de adoção de documento na emissão do NFA, para assinatura do importador/representante, contendo termo de responsabilidade de reexportação da madeira, data de separação da carga, previsão voo de embarque, com punições pelo descumprimento.

3) Tema será retomado em outras reuniões entre os presentes.

2 – Tratamento dado aos Operadores Econômico Autorizados (OEA) no despacho

- Foi discutido tratamento dado aos OEA, devido à preocupação dessas empresas estarem entrando na fila geral da distribuição e da verificação física. Foi solicitado, ainda, desembaraço de DIs de OEAs pelos plantonistas da Vigilância e Repressão.
- O representante da RFB informou que não existem atrasos na OEA, mas que as outras empresas estão sendo beneficiadas pelo bom andamento das atividades no setor de despacho, uma vez que não existem atrasos. De qualquer forma, a ideia de fazer as verificações físicas dos OEAs prioritariamente será reforçada.
- Concluiu-se que a pista não deve fazer tais desembaraços, pois deve se dedicar precipuamente à repressão. Destacou-se, ainda, a dificuldade em se destacar equipe para atuar exclusivamente no despacho de DIs de OEA, tendo em vista o número restrito de servidores.

Encaminhamentos:

- Reforçar ideia de prioridade dos OEAs na verificação física.

3 – DEMAIS ASSUNTOS

- Propôs-se incluir Viracopos no estudo do tempo de liberação de mercadorias da Organização Mundial de Aduanas (OMA). Esse avalia o tempo desde a chegada da carga até sua liberação, processo que envolve diversos órgãos e intervenientes. O representante da RFB disse que não se opõe à ideia, mas que essa implantação foge da competência local. No entanto, os interessados poderiam peticionar para incluir Viracopos como piloto.
- O representante da concessionária disse ser interessante ter dados para divulgação sobre o tempo de desembaraço das DIs, dividido por canais, pois tais dados são importantes para publicidade do recinto.

- Foram suscitadas as dificuldades em relação à exoneração do ICMS quando utilizado o Pagamento Centralizado do Comércio Exterior (PCCE), pois os depositários não possuem perfil de acesso a essas guias e enxergam a operação como pendente. Foi reforçada a necessidade de convite ao SEFAZ-SP para reunião.
- Foi comentado sobre a possibilidade das conferências físicas da Anvisa serem realizadas através de câmeras, a transmissão seria realizada por Skype. Questionou-se a segurança da utilização da rede mundial de computadores. A representante da ANVISA ressaltou que em casos de produtos acabados é possível a verificação remota. Para a próxima reunião da COLFAC, a Anvisa trará lista com os produtos que podem ser verificados virtualmente e haverá uma proposta mais concreta sobre o assunto das câmeras e dessa espécie de fiscalização.

Encaminhamentos:

- Para a próxima reunião da COLFAC, a Anvisa trará lista com os produtos que podem ser verificados virtualmente e haverá uma proposta mais concreta sobre o assunto das câmeras e discussão mais aprofundada sobre essa espécie de fiscalização.

Planilha1

5ª Reunião da COLFAC

Aeroporto Internacional de Viracopos – Campinas - 02/04/2019 das 10:00 às 12:00

	Nome:	Entidade	Cargo	Assinatura
1	Lyis Carlos Marques Silva	Recorte Federal	Auditor	
2	Mauricio Luis Carvalho	Tradeweb's	Gerente	
3	Frederson da Costa Silva	Multilog	Gerente Coord Oper.	
4	Mateus Soares	Pólis Municipal	Chief Govern	
5	Guilherme Silva	Câmara Municipal	Supervisor Gob	
6	Edison GRAYATO	Liberação CAMPUS	Coord. Adm. Oper.	
7	Ricardo Augusto Luiz	ABAL	Ger. Op. Cargo	
8	CRISTIANO R. RAMOS	VIRACOPUS	Coord. Imp	
9	HENRIQUE B. Mendes	SINDASP	DESPACHANTE	
10	ANTONIO A. LEAL	Recorte Federal	Auditor	
11	PEDRO V. PARIGOT SOUZA F.	ABV	ANUNCIADOR	
12	ILSON F. ISAYAMA	SINDASP	DIRETOR	
13	CAMILLO P. CREMONESI	RECORTE FEDERAL	AUDITOR FISCAL	
14	Adriano Ferrrelli Pereira de Brito	MAPA/MOIPRO	AUDITOR FISCAL FEDERAL	
15	Cristina (Wander) Adam Pont	ANVISA	CHEFE POSTO	
16	Flavia Julia de Rizzo	RFB	ATRFB	
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				